

INCLUSÃO EDUCACIONAL

¹Aurélia Priscila Rezer

²Beatriz Ramires do Nascimento Celestino

³Neuza Aparecida da Silva

Declaro que sou autor(a)¹ deste artigo. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

RESUMO- Este texto visa analisar o processo de inclusão educacional, especialmente em relação ao modo como as instituições de ensino tratam deficiências e outras demandas especiais. A obra revisa estudos existentes e centra-se nos estudantes da educação especial: estamos falando de inclusão ou exclusão? Com base nas investigações realizadas, surgem indagações sobre o real significado da inclusão e os motivos que levam as pessoas a interpretarem esse conceito de maneiras tão variadas. Essa reflexão é pertinente, pois pode auxiliar na construção de práticas educacionais mais inclusivas e menos prejudiciais. As conversas documentadas neste texto abordam uma realidade bastante comum nas instituições públicas de ensino deste país. Apresento aqui dados verídicos e analiso se eles se aproximam do ideal de inclusão educacional, ou se as escolas ainda estão em segundo plano. Investigo se as instituições estão preparadas para acolher alunos com necessidades especiais e se possuem as condições necessárias para fornecer a educação adequada. A legislação garante a inclusão desses estudantes. Este trabalho oferece reflexões concretas sobre a inclusão no

¹ Pedagoga; rezaurelia@gmail.com

² Pedagoga; beatrizrncelestino@hotmail.com

³ Pedagoga; neuza85_silva@hotmail.com

ensino. Contudo, reconhece-se que a marginalização dentro do sistema educacional convive com as deficiências dos alunos e a eficácia de sua aprendizagem e inclusão.

ABSTRACT- This text aims to analyze the process of educational inclusion, particularly in relation to how educational institutions treat disabilities and other special needs. The work reviews existing studies and focuses on special education students: are we talking about inclusion or exclusion? Based on the research conducted, questions arise about the true meaning of inclusion and the reasons that lead people to interpret this concept in such varied ways. This reflection is pertinent, as it can help in the development of more inclusive and less harmful educational practices. The conversations documented in this text address a very common reality in public educational institutions in this country. I present the truthful data and analyze whether they approach the ideal of educational inclusion, or whether schools still fall behind. I investigate whether institutions are prepared to welcome students with special needs and whether they have the necessary conditions to provide a n appropriate education. Legislation guarantees the inclusion of these students. This work offers concrete reflection on inclusion in education. However, it is recognized that marginalization within the educational system coexists with students' disabilities and the effectiveness of their learning and inclusion.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Educação Inclusiva; Inclusão Educacional;

KEYWORDS: Special Education. Inclusive Education. Educational Inclusion;

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um sistema que assegura a cada aluno, sem distinção, o direito de frequentar, se manter, participar e aprender em instituições de ensino convencionais. O propósito é modificar as escolas de modo a receber a pluralidade humana, alterando o espaço para que todos possam interagir e estudar em conjunto, respeitando as particularidades de cada pessoa, e removendo obstáculos de qualquer tipo.

É fundamental destacar a importância da educação inclusiva, que abrange não apenas crianças, mas também adolescentes e adultos. Devido a práticas de exclusão que têm raiz histórica, nosso país apresenta uma quantidade significativa de jovens e adultos que são analfabetos ou que possuem um letramento funcional deficiente, e que necessitam de oportunidades para retornar ao ambiente escolar. Essa questão, que também exige um olhar mais cuidadoso, deve considerar as particularidades desses indivíduos, uma vez que já fazem parte de sua comunidade.

DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva refere-se a um tipo de ensino que recebe a todos, reconhecendo suas experiências e desafios, habilidades e aspirações. Ela abrange tanto os educadores quanto toda a comunidade escolar, incluindo as famílias, suas narrativas e o contexto ao redor. O foco principal é apoiar todos os alunos, sem levar em consideração suas circunstâncias individuais, para que possam alcançar seu máximo potencial e se preparar para a diversidade da vida como ela realmente é.

Discutir a inclusão nos remete às conversas sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades, apesar de tentarem parecer homogêneas, são

intrinsecamente multiculturais. Não há país ou grupo social em que todos os indivíduos sejam iguais, compartilhem as mesmas crenças ou tenham as mesmas aspirações. Eles são absolutamente únicos tanto em suas ações diárias em busca de sobrevivência quanto nas interpretações simbólicas da existência humana. Um grupo é formado por uma necessidade histórica de estar em conjunto com os demais.

A inclusão é um aspecto que demanda muito de todos, independentemente de terem ou não deficiência. Logo, fica claro que é por meio da educação que se deve garantir às pessoas com deficiência a oportunidade de se conhecerem e, simultaneamente, de participarem ativamente do contexto social. Isso lhes permite desenvolver suas próprias habilidades, incluindo aspectos sociais e emocionais, para que possam ter todos os seus direitos respeitados como cidadãos.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.5).

O primeiro desafio a ser enfrentado é a fragilidade do conceito de aluno com necessidades especiais. Embora tenha sido historicamente associado à deficiência, o termo pode ser aplicado hoje a todo estudante que apresenta alguma dificuldade e que solicita serviços destinados a estimular e desenvolver seu potencial, além de ser vítima de processos de exclusão. No âmbito educacional, incluir uma pessoa com deficiência na escola não é suficiente para caracterizar inclusão; pelo contrário, é fundamental garantir que essa pessoa participe ativamente.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão (ROPOLI et al., 2010, p. 7)

No que diz respeito à inclusão, o objetivo é capacitar essas pessoas para que possam agir apesar de suas dificuldades e limitações, adaptando os recursos e criando oportunidades para que possam ser integradas ao meio social. Não é apenas sobre companheirismo, mas também sobre ajudar e apoiar sem discriminar ou menosprezar,

incentivando-os a atingir suas metas, proporcionando oportunidades e respeitando as diferenças.

Embora a educação inclusiva envolva principalmente crianças, é importante ressaltar que ela abrange todos, incluindo adolescentes e adultos. Devido às práticas históricas de exclusão, nosso país enfrenta um elevado número de jovens e adultos analfabetos ou com analfabetismo funcional, os quais necessitam de oportunidades para se reintegrarem ao ambiente escolar. Como já estão inseridos em seu convívio social, essa parte também exige atenção especial às suas particularidades.

A inclusão não é sinônimo de homogeneização, mas sim de permitir a expressão das diferenças. Uma transformação aparente em relação à desigualdade se manifesta como uma firme declaração do princípio de que todos são iguais no âmbito dos direitos humanos, liberdade de expressão, dignidade na sobrevivência e igualdade de oportunidades.

A política de inclusão educacional também prevê um suporte específico para certos grupos de alunos. Trata-se do que tradicionalmente é conhecido como educação especial ou atendimento educacional especializado no ensino regular. Também é referido como pedagogia diferenciada ou educação especializada, com o objetivo de atender às necessidades específicas de certos grupos.

Esse movimento de sentidos decorre da absolutização do verso considerado normal. A diversidade não é apenas uma superação do princípio da igualdade entre os homens como um valor absoluto, fundamentado na ideia de que todos nós temos características diferentes. Em nossos direitos fundamentais, a diversidade implica que todos os indivíduos sejam iguais em sua essência e está relacionada ao valor supremo da existência, que é a humanidade do ser humano.

Sobre a Educação Inclusiva, Silva (2011) destaca que:

Entende-se por Educação Inclusiva o acesso e permanência de todas as crianças no âmbito escolar de ensino regular, em todos os níveis de educação independente de suas peculiaridades e necessidades educacionais especiais, a fim de possibilitar a aquisição de saberes e o desenvolvimento individual, respeitando as diferenças relativas à espécie humana. (SILVA, 2011, p. 11).

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que a educação é um direito de todas as pessoas, promovendo a ideia de uma escola onde todos os alunos

possam ingressar e permanecer, por meio de práticas que eliminem os obstáculos ao aprendizado e valorizem a diversidade social e cultural, a partir de uma perspectiva de diálogo intercultural.

O contexto global atual aponta para uma tendência de inclusão social, na qual pessoas com deficiência compartilham o mesmo espaço com pessoas sem deficiência. Nesse cenário, os espaços sociais estão se transformando, e conceitos e práticas estão se diversificando cada vez mais.

A sociedade é espelhada na escola, e todas as suas contradições são trazidas para dentro dela por professores e alunos. A escola espelha a sociedade e proporciona a professores e alunos todas as contradições que nela existem. Esse modelo se baseia principalmente na exclusividade e concentração.

Assim, é responsabilidade do educador planejar atividades que ofereçam aos alunos inúmeras oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades. Nesse contexto, é essencial superar os desafios presentes no ambiente educacional, criando um ambiente favorável à inclusão que respeite e valorize o aluno em sua totalidade.

Portanto, reconhecer a relevância da diversidade no ambiente escolar possibilita a criação de variadas abordagens pedagógicas, que favorecem o crescimento integral não apenas dos estudantes com necessidades especiais, mas de todos os alunos que fazem parte do contexto educacional.

Incluir não é o mesmo que homogeneizar; ao contrário, é permitir a expressão de diferenças que podem parecer inexistentes, mas que afirmam com força o princípio de que todos têm igualdade de direitos no âmbito dos direitos humanos e da liberdade de expressão, para viver com dignidade e oportunidades.

Diante do exposto, fica evidente a relevância da inclusão, uma vez que reconhecer e levar em conta a diversidade no sistema educacional permite o desenvolvimento de habilidades e funções cognitivas dos alunos, de forma que não haja distinções entre eles.

A educação inclusiva garante que todos os alunos possam acessar, participar e aprender nas instituições de ensino, fomentando uma nova cultura que valoriza as diferenças. Este artigo destacou a necessidade de revisar as práticas pedagógicas e administrativas nas escolas a fim de que se tornem espaços inclusivos. Ademais,

ressaltou-se a importância das políticas públicas como orientadoras fundamentais para esses contextos, destacando o envolvimento ativo e a dedicação dos educadores na criação e aplicação das metodologias utilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto é destacar que ele promove a inclusão e a melhoria dos padrões, além de novas práticas de ensino e a competência docente dos educadores, ou seja, todos os que contribuem para uma educação integral. Nos levou a ampliar nossa perspectiva sobre a educação inclusiva e nos fez refletir sobre o compromisso de prosseguir nossos estudos para sermos mais aptos a contribuir para esse processo.

Em relação à educação especializada, reiteramos que ela é necessária como um componente complementar do processo de ensino-aprendizagem. Assim, seus serviços podem ser utilizados na educação integral, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especializada. Contudo, a avaliação de serviços de educação especial, que inclui assistência educacional especializada, indica que igualdades e diferenças podem ter valores que não podem ser separados, assim como a qualidade de acolhimento de todos nas escolas.

Assim, o docente e a instituição de ensino devem trabalhar juntos na educação. Note que, a cada dia, você pode se tornar um profissional, buscando as melhores oportunidades para aprender a reconhecer as diferenças a partir de uma perspectiva ampla. Portanto, esteja receptivo às diferenças e tenha a capacidade de planejar e atuar para superar os obstáculos da inclusão nas escolas, visando garantir uma educação de qualidade para todos nesse cenário.

Refletir sobre a educação especial sob a ótica da educação inclusiva é fundamental, pois entender o que significa inclusão e conhecer seus princípios nos ajuda a perceber a importância de investir em ações que realmente promovam a educação para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. O Desafio das Diferenças nas Escolas. Boletim 21. MEC, 2006.

BRASIL, M.E.C. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, Margaret do Rosário. Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. 2011.

